

AO JUÍZO DA COMARCA DE FLORES DE GOIÁS – GOIÁS

AUTOS: 0391337-54.2016.8.09.0181
PARTE: AGROFELD PRODUÇÃO DE ARROZ IRRIGADO LTDA
NATUREZA: RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CINCOS CONSULTORIA ORGANIZACIONAL LTDA, por seu representante legal STENIUS LACERDA BASTOS, ambos já devidamente qualificados nos presentes autos de RECUPERAÇÃO JUDICIAL da empresa AGROFELD PRODUÇÃO DE ARROZ IRRIGADO LTDA, vem perante Vossa Excelência, e em atendimento ao art. 22, inciso II, letra “c” da Lei de Falências e Recuperação de Empresas – LFR (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005), apresentar o **Relatório do Administrador Judicial**, conforme segue:

(62) 2020.2475 / (62) 99147-3559 - www.stenius.com.br - cincos@stenius.com.br
Avenida Olinda, nº 960, Park Lozandes, Trade Tower - Sala 1704 - em Goiânia - GO - 74884-120

1 de 15

Valor: R\$ 10.537.583,45
PROCESSO CIVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimento de Conhecimento -> Procedimentos Especiais -> Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparças e Regimento
FLORES DE GOIÁS - VARA CIVEL
Usuário: IZADORA VITOR DIAS DE REZENDE - Data: 08/10/2023 23:54:49

2. Trata-se do de relatório em face do deferimento do processamento da recuperação judicial, conforme decisão prolatada em 2 de maio de 2017, e publicada no dia 8 de maio de 2017, constante do Dário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, edição nº 2262.

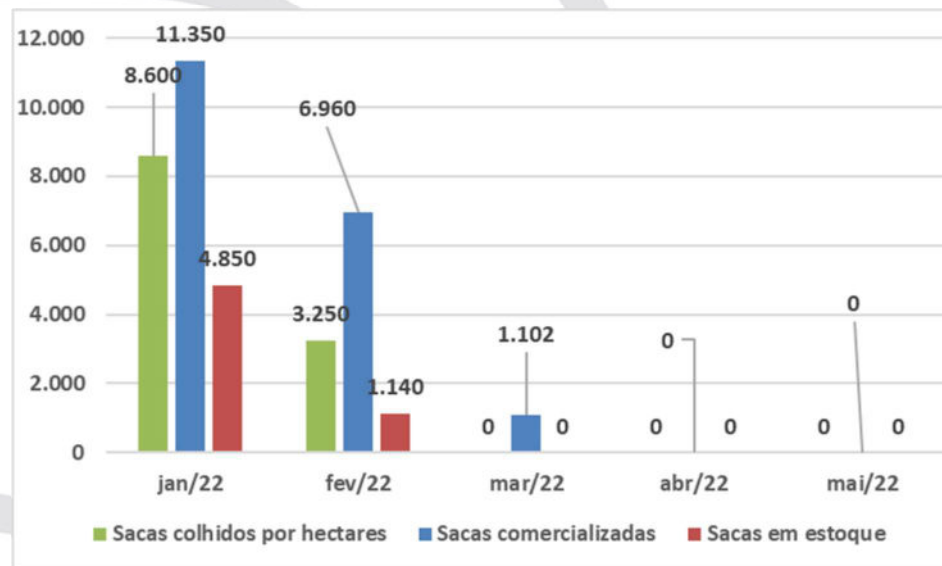
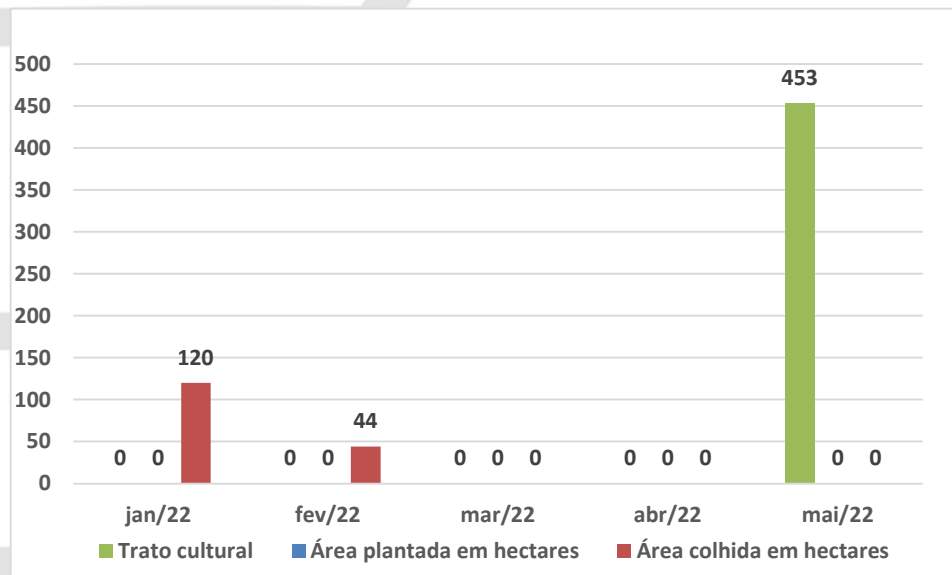
3. Em análise às informações recepcionadas abstraem-se as seguintes evidências, sintetizadas a fim de compreender as atividades econômico e financeira empresariais, traçadas numa linha de tempo com marco no presente exercício, e enfoques nas áreas: (i) plantadas, (ii) colhidas, (iii) tratos culturais, (iv) sistematizadas e (v) quantidades de sacas comercializadas e (vi) produtos em estoque:

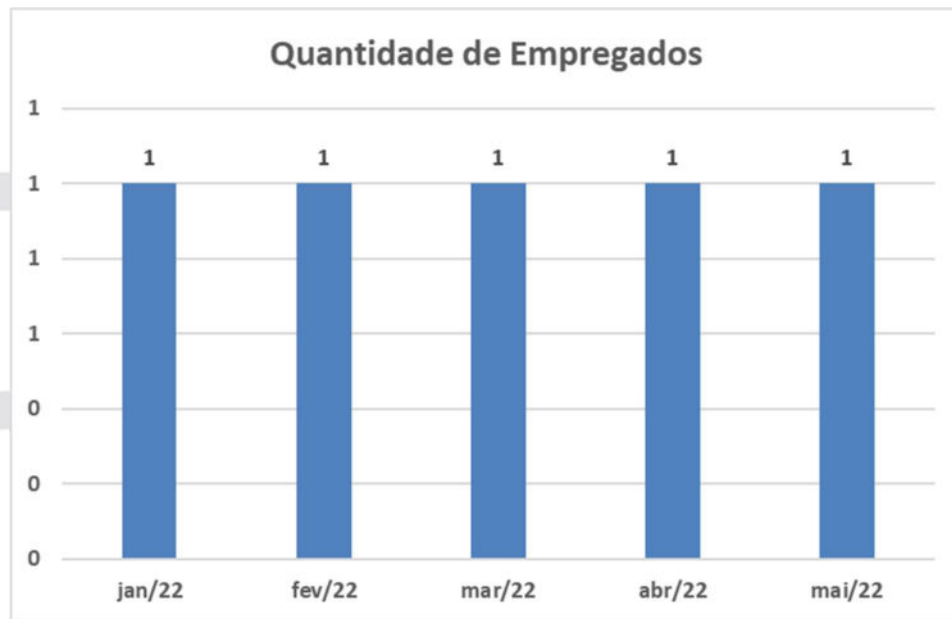
Indicador	fev/19	mar/19	abr/19	mai/19	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19
Trato cultural	71,4 há	231,6 há	54 há	224,3há	108há	79 há	95há	76	68	76,5 há	285
Área plantada em hectares	84,02 há	0	0	0	245 há	115	53	110	140	0	77
Área colhida em hectares	15há	11.284	38 há	277há	190há	0	0	0	102,48	134,4	108,12
Sacas colhidos por hectares	92,6	90	101	92,6	72	0	0	0	148	165,8	168
Sacas comercializadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0
Sacas comercializadas	2.173,20	3.700	13.318	5.598	31.792	2.682	0	0	14.380,00	13.443	17.725
Valor do kg	R\$0,98	R\$1,00	R\$1,10	R\$1,10	R\$1,10	R\$1,10	R\$0,00	R\$0,00	R\$1,10	R\$1,10	R\$1,10
Sacas em estoque	0	2,824	1000	21.056	2.578		0	0	844,6	8.852	0
Quantidade de Empregados											8

Indicador	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20
Trato cultural	27	48	97	90	108	107	225	40	78	80	168	82
Área plantada em hectares	153	127	70	28	0	170	41	225	272	135	226	0
Área colhida em hectares	106	138	0	182	82	110	107	0	0	48	142	317
Sacas colhidos por hectares	153	151	0	122	98	72	60	0	0	8880	26300	25.000
Sacas comercializadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2000	16.300	33.000
Sacas comercializadas	15.097	964	7.891	6.797	11.576	12.732	5.379	0	0	2000	16300	3300
Valor do kg	R\$1,04	R\$1,16	R\$1,20	R\$1,25	R\$1,23	R\$1,40	R\$1,70	0	0	R\$2,00	R\$2,10	R\$ 2,10
Sacas em estoque				8.000	10.000	15.962	2.000	2000	2000	8.880	10.000	2.000
Quantidade de Empregados	7	7	8	8	8	6	7	7	8	8	7	4

Indicador	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21
Trato cultural	50	0	50	120	130	200	200	200	200	100	0	142
Área plantada em hectares	119	92	122	0	0	0	249	200	112	80	0	0
Área colhida em hectares	200	62	92	86	132	141	0	0	0	0	200	230
Sacas colhidos por hectares	30.948	8.618	12.788	10.354	13.620	8.319	0	0	0	0	14.600	16.700
Sacas comercializadas	8.943	1.792	6.788	3.535	11.490	37.672	3.534	17.600	0	0	6.160	17.500
Valor da saca (50 kg)	R\$ 97,50	R\$ 90,00	R\$ 90,00	R\$ 90,00	R\$ 80,00	R\$ 80,00	R\$ 80,00	R\$ 85,00	R\$ 85,00	R\$ 79,50	R\$ 79,50	R\$ 79,50
Sacas em estoque	47.498	54.324	60.324	67.173	69.273	39.920	35.786	18.186	0		8.400	7.600
Quantidade de Empregados	4	3	4	3	3	1	1	1	1	1	1	1

Indicador	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22
Trato cultural	0	0	0	0	453
Área plantada em hectares	0	0	0	0	0
Área colhida em hectares	120	44	0	0	0
Sacas colhidos por hectares	8.600	3.250	0	0	0
Sacas comercializadas	11.350	6.960	1.102	0	0
Valor da saca (50 kg)	R\$ 79,50	R\$ 92,00	R\$ 85,00	R\$ -	R\$ -
Sacas em estoque	4.850	1.140	0	0	0
Quantidade de Empregados	1	1	1	1	1





4. Segue o Balancete Mensal do período de maio de 2022, encaminhado pela recuperanda:

Empresa: AGROFELD PRODUCAO DE ARROZ IRRIGADO LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL		Folha: 0001				
C.N.P.J.: 26.142.341/0001-95		Número livro: 0001				
Período: 01/05/2022 - 31/05/2022		Emissão: 22/06/2022				
		Hora: 08:33:19				
BALANCETE						
Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1	1	ATIVO	3.135.652,63D	35.282,76	71.689,41	3.099.245,98D
2	1.1	ATIVO CIRCULANTE	2.333.530,70D	35.282,76	71.689,41	2.297.124,05D
3	1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	5.411,92D	35.282,76	36.589,41	4.105,27D
4	1.1.10.1	CAIXA	4.927,57D	0,00	1.100,00	3.827,57D
5	1.1.10.100.1	CAIXA GERAL	4.927,57D	0,00	1.100,00	3.827,57D
7	1.1.10.2	BANCOS CONTA MOVIMENTO	30,03D	35.279,69	35.309,72	0,00
846	1.1.10.210.24	CC - Banco SICCOB	30,03D	35.279,69	35.309,72	0,00
10	1.1.10.3	APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	454,32D	3,07	179,69	277,70D
1137	1.1.10.300.2	APLICACAO RDC	454,32D	3,07	179,69	277,70D
862	1.1.15	ESTOQUES PRODUTOS / MERCADORIAS	36.744,40D	0,00	0,00	36.744,40D
863	1.1.16.111.6	Compras Nacionais	199.818,40D	0,00	0,00	199.818,40D
864	1.1.16.112.6	(-) CPV / CMV	163.074,00C	0,00	0,00	163.074,00C
12	1.1.2	CLIENTES	1.938.074,14D	0,00	35.100,00	1.902.974,14D
13	1.1.20.1	DUPLICATAS A RECEBER	1.938.074,14D	0,00	35.100,00	1.902.974,14D
14	1.1.20.100.1	CLIENTE DIVERSO	1.938.074,14D	0,00	35.100,00	1.902.974,14D
18	1.1.3	OUTROS CRÉDITOS	353.300,24D	0,00	0,00	353.300,24D
23	1.1.30.5	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	353.193,78D	0,00	0,00	353.193,78D
859	1.1.30.511.42	Adto. Fornecedores Diversos	353.193,78D	0,00	0,00	353.193,78D
28	1.1.30.8	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	106,46D	0,00	0,00	106,46D
36	1.1.30.800.8	COFINS RETIDO A COMPENSAR	106,46D	0,00	0,00	106,46D
501	1.2	REALIZAVEL A LONGO PRAZO	330.499,62D	0,00	0,00	330.499,62D
69	1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	323.705,62D	0,00	0,00	323.705,62D
869	1.2.11.169	Adto Socio Angelica da Silva Liesenfeld	26.666,29D	0,00	0,00	26.666,29D
871	1.2.11.171	Adto Socio Giovanni Paça Liesenfeld	297.039,33D	0,00	0,00	297.039,33D
111	1.2.3	IMOBILIZADO	6.794,00D	0,00	0,00	6.794,00D
116	1.2.30.2	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	6.794,00D	0,00	0,00	6.794,00D
117	1.2.30.200.1	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	6.794,00D	0,00	0,00	6.794,00D
87	1.3	ATIVO NÃO CIRCULANTE	471.622,31D	0,00	0,00	471.622,31D
132	1.3.3	IMOBILIZADO	471.622,31D	0,00	0,00	471.622,31D
133	1.3.30.1	IMOBILIZADO	969.822,34D	0,00	0,00	969.822,34D
113	1.3.30.100.1	EQUIPAMENTOS INFORMATICA	2.318,60D	0,00	0,00	2.318,60D
114	1.3.30.100.2	PREDIOS	178.000,00D	0,00	0,00	178.000,00D
119	1.3.30.100.3	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	604.210,00D	0,00	0,00	604.210,00D
121	1.3.30.100.4	VEÍCULOS	185.293,74D	0,00	0,00	185.293,74D
144	1.3.30.5	(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	498.200,03C	0,00	0,00	498.200,03C
145	1.3.30.500.1	(-) PREDIOS	46.339,85C	0,00	0,00	46.339,85C
146	1.3.30.500.2	(-) MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	336.214,35C	0,00	0,00	336.214,35C
147	1.3.30.500.3	(-) EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	506,35C	0,00	0,00	506,35C
148	1.3.30.500.4	(-) VEICULOS	115.139,48C	0,00	0,00	115.139,48C
149	2	PASSIVO	2.199.888,95D	22.715,93	125.145,75	2.097.459,13D
150	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	14.043.733,38C	22.715,93	125.145,75	14.146.163,20C
992	2.1.00	EXIGIVEL DE CURTO PRAZO	255.343,32C	17.895,93	119.922,53	357.369,92C
165	2.1.01.1	FORNECEDORES	255.343,32C	17.895,93	119.922,53	357.369,92C
944	2.1.01.120.05	Fornecedores Nacionais	239.594,52C	17.895,93	119.922,53	341.621,12C
958	2.1.01.171.66	NATIVA AGRICOLA LTDA	15.748,80C	0,00	0,00	15.748,80C
382	2.1.1	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	13.783.858,89C	0,00	0,00	13.783.858,89C
969	2.1.10.012.016	Empréstimos BB	6.792.369,19C	0,00	0,00	6.792.369,19C
970	2.1.10.012.017	Empréstimos Banrisul	4.072.569,11C	0,00	0,00	4.072.569,11C
971	2.1.10.012.019	Empréstimos Caba	2.059.090,59C	0,00	0,00	2.059.090,59C
967	2.1.10.012.245	Empréstimos Santander	300.000,00C	0,00	0,00	300.000,00C
968	2.1.10.012.246	Empréstimos CNH	300.000,00C	0,00	0,00	300.000,00C
972	2.1.10.017.151	Empréstimos Bradesco - Contrato 362716/0	259.830,00C	0,00	0,00	259.830,00C
169	2.1.4	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	0,00	0,00	45,53	45,53C
170	2.1.40.1	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	0,00	0,00	45,53	45,53C
178	2.1.40.100.8	IRRF A RECOLHER	0,00	0,00	45,53	45,53C
185	2.1.5	OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	4.531,17C	4.820,00	5.177,69	4.888,86C
186	2.1.50.1	OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	3.030,96C	4.600,00	3.677,48	2.108,44C
187	2.1.50.100.1	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	1.930,96C	3.500,00	2.465,48	896,44C
188	2.1.50.100.2	PRÓ-LABORE A PAGAR	1.100,00C	1.100,00	1.212,00	1.212,00C
190	2.1.50.2	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	1.500,21C	220,00	1.500,21	2.780,42C
191	2.1.50.200.1	INSS A RECOLHER	1.280,21C	0,00	1.280,21	2.560,42C
192	2.1.50.200.2	FGTS A RECOLHER	220,00C	220,00	220,00	220,00C
503	2.2	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	332.556,98C	0,00	0,00	332.556,98C

Sistema licenciado para ANGELO AUGUSTO GAMBIA ANDREOLI



Empresa: AGROFELD PRODUCAO DE ARROZ IRRIGADO LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL		Folha: 0002				
C.N.P.J.: 26.142.341/0001-95		Número livro: 0001				
Período: 01/05/2022 - 31/05/2022		Emissão: 22/06/2022				
		Hora: 08:33:19				
BALANCETE						
Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
217	2.2.1	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	332.556,98C	0,00	0,00	332.556,98C
993	2.2.21.01	Adiantamento de Clientes	332.556,98C	0,00	0,00	332.556,98C
242	2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.576.179,31D	0,00	0,00	16.576.179,31D
243	2.3.1	CAPITAL SOCIAL	100.000,00C	0,00	0,00	100.000,00C
244	2.3.10.1	CAPITAL SUBSCRITO	100.000,00C	0,00	0,00	100.000,00C
245	2.3.10.100.1	CAPITAL SOCIAL	100.000,00C	0,00	0,00	100.000,00C
249	2.3.2	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	11.788.844,97D	0,00	0,00	11.788.844,97D
267	2.3.20.100.2	(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	11.788.844,97D	0,00	0,00	11.788.844,97D
264	2.3.5	RESULTADOS CORRENTES	4.887.334,34D	0,00	0,00	4.887.334,34D
265	2.3.50.1	LUCROS/PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	4.887.334,34D	0,00	0,00	4.887.334,34D
746	2.3.50.100.4	(-) PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	4.231.107,24D	0,00	0,00	4.231.107,24D
1123	2.3.50.100.5	(+/-) AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	656.227,10D	0,00	0,00	656.227,10D
269	3	CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS	5.322.773,09C	138.839,54	0,00	5.183.933,55C
1011	3.0.05	Receita Merc Nac - Prod / Merc - à Vista	22.085.333,24C	0,00	0,00	22.085.333,24C
1136	3.0.06	RECEITA COM BONIFICACAO	3.873,04C	0,00	0,00	3.873,04C
500	3.1	CUSTOS	10.814.227,39D	111.242,99	0,00	10.925.470,38D
270	3.1.1	CUSTOS DIRETOS DE PRODUÇÃO	10.814.227,39D	111.242,99	0,00	10.925.470,38D
752	3.1.10.3	CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA	10.814.227,39D	111.242,99	0,00	10.925.470,38D
1018	3.1.10.303.2	Custos - Produtos / Mercadorias	1.858.137,74D	0,00	0,00	1.858.137,74D
1019	3.1.10.303.3	Custos - Prestação de Serviços	2.956.182,00D	0,00	0,00	2.956.182,00D
1016	3.1.10.310.7	Combustíveis e Lubrificantes	1.187.907,47D	110.539,59	0,00	1.298.447,06D
1017	3.1.10.310.9	Manutenção de Veículos	796.758,85D	703,40	0,00	797.462,25D
1021	3.1.10.715.0	Fertilização	4.015.241,33D	0,00	0,00	4.015.241,33D
295	3.2	DESPESAS OPERACIONAIS	5.952.205,80D	27.596,55	0,00	5.979.802,35D
296	3.2.1	DESPESAS COM VENDAS	664.112,99D	5.383,22	0,00	669.496,21D
297	3.2.10.1	DESPESAS COM PESSOAL	659.891,19D	5.223,22	0,00	665.114,41D
298	3.2.10.100.1	SALÁRIOS E ORDENADOS	438.536,70D	2.511,01	0,00	441.047,71D
299	3.2.10.100.2	PRÓ-LABORE	20.956,15D	1.212,00	0,00	22.168,15D
303	3.2.10.100.6	INSS	112.581,69D	1.280,21	0,00	113.861,90D
304	3.2.10.100.7	FGTS	34.681,16D	220,00	0,00	34.901,16D
305	3.2.10.100.8	INDENIZAÇÕES E AVISO PRÉVIO	8.850,17D	0,00	0,00	8.850,17D
306	3.2.10.100.9	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL	11.578,35D	0,00	0,00	11.578,35D
1124	3.2.10.101.1	ALIMENTACAO	16.681,47D	0,00	0,00	16.681,47D
1125	3.2.10.101.2	SEGUROS	16.025,50D	0,00	0,00	16.025,50D
314	3.2.10.5	DESPESAS COM VIAGENS E REPRESENTAÇÕES	4.221,80D	160,00	0,00	4.381,80D
317	3.2.10.500.3	HOSPEDAGEM	3.002,00D	160,00	0,00	3.162,00D
318	3.2.10.500.4	REFEIÇÕES	632,00D	0,00	0,00	632,00D
1135	3.2.10.500.5	PEDAGIO	587,80D	0,00	0,00	587,80D
329	3.2.2	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	5.288.092,81D	22.213,33	0,00	5.310.306,14D
330	3.2.20.1	DESPESAS COM PESSOAL	99.799,99D	0,00	0,00	99.799,99D
333	3.2.20.100.3	PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES	99.799,99D	0,00	0,00	99.799,99D
340	3.2.20.2	ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS	29.427,00D	1.450,00	0,00	30.877,00D
341	3.2.20.200.1	ALUGUÉIS DE IMÓVEIS	29.427,00D	1.450,00	0,00	30.877,00D
345	3.2.20.3	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	23.661,74D	590,33	0,00	24.252,07D
429	3.2.20.300.10	PARCELAMENTOS RF	4.308,31D	0,00	0,00	4.308,31D
349	3.2.20.300.4	IPVA	1.830,04D	0,00	0,00	1.830,04D
350	3.2.20.300.5	TAXAS DIVERSAS	17.523,39D	590,33	0,00	18.113,72D
353	3.2.20.4	DESPESAS GERAIS	5.130.017,28D	20.133,00	0,00	5.150.150,28D
354	3.2.20.400.1	ENERGIA ELÉTRICA	1.575.031,53D	186,53	0,00	1.575.218,06D
355	3.2.20.400.2	ÁGUA E ESGOTO	5.724,68D	0,00	0,00	5.724,68D
356	3.2.20.400.3	TELEFONE	9.715,01D	0,00	0,00	9.715,01D
358	3.2.20.400.5	INTERNET	7.737,72D	0,00	0,00	7.737,72D
359	3.2.20.400.6	MATERIAIS DE MANUTENÇÃO E REPARO	339.623,84D	0,00	0,00	339.623,84D
360	3.2.20.400.7	DESPESA COM SISTEMA	4.648,71D	0,00	0,00	4.648,71D
362	3.2.20.400.9	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	641.661,46D	4.378,62	0,00	646.040,08D
363	3.2.20.401.0	DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	60.311,72D	0,00	0,00	60.311,72D
364	3.2.20.401.1	FRETES E CARRETOS	1.352.826,84D	0,00	0,00	1.352.826,84D
365	3.2.20.401.2	CONTRIBUICOES/DOACOES	4.858,25D	0,00	0,00	4.858,25D
366	3.2.20.401.3	DESPESAS COM PRODUTOS P/USO EM GERAL	114.834,91D	8.781,33	0,00	123.616,24D
1133	3.2.20.401.315	PREMIO DE SEGUROS	2.257,00D	0,00	0,00	2.257,00D
1134	3.2.20.401.315	TREINAMENTOS E CURSOS	16.122,85D	0,00	0,00	16.122,85D
1126	3.2.20.401.4	HONORARIOS ADVOCATICIOS	213.508,00D	0,00	0,00	213.508,00D
1127	3.2.20.401.5	HONORARIOS PROFISSIONAIS PJ	161.107,40D	6.090,00	0,00	167.197,40D
1128	3.2.20.401.6	SERVICOS DE TERCEIROS PF	428.704,47D	0,00	0,00	428.704,47D
1129	3.2.20.401.7	GASTOS COM CARTAO DE CREDITO	164.849,06D	0,00	0,00	164.849,06D
1131	3.2.20.401.8	MULTAS	2.330,60D	0,00	0,00	2.330,60D
1132	3.2.20.401.9	PEDAGIOS E ESTACIONAMENTO	16.534,09D	696,52	0,00	17.230,61D

Sistema licenciado para ANGELO AUGUSTO GAMBÁ ANDREOLI



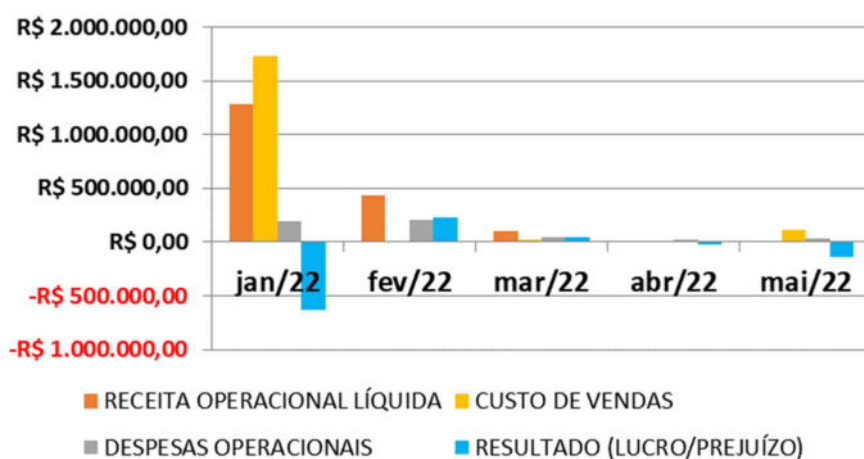
BALANCETE						
Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1130	3.2.20.431.48	MENSALIDADES/ASSOCIACOES	7.629,14D	0,00	0,00	7.629,14D
367	3.2.20.5	DESPESAS FINANCEIRAS	5.186,80D	40,00	0,00	5.226,80D
368	3.2.20.500.1	JUROS P/ ATRASO	189,10D	0,00	0,00	189,10D
369	3.2.20.500.2	DESPESAS BANCARIAS	4.995,28D	40,00	0,00	5.035,28D
372	3.2.20.500.5	JUROS BANCARIOS	2,42D	0,00	0,00	2,42D
402	4	CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS	12.768,49C	0,00	3,07	12.771,56C
403	4.1	RECEITAS OPERACIONAIS	12.768,49C	0,00	3,07	12.771,56C
430	4.1.3	RECEITAS FINANCEIRAS	12.768,49C	0,00	3,07	12.771,56C
431	4.1.30.1	JUROS E DESCONTOS	12.768,49C	0,00	3,07	12.771,56C
432	4.1.30.100.1	JUROS DE APLICACOES	12.768,49C	0,00	3,07	12.771,56C

Sistema licenciado para ANGELO AUGUSTO GAMBA ANDREOLI

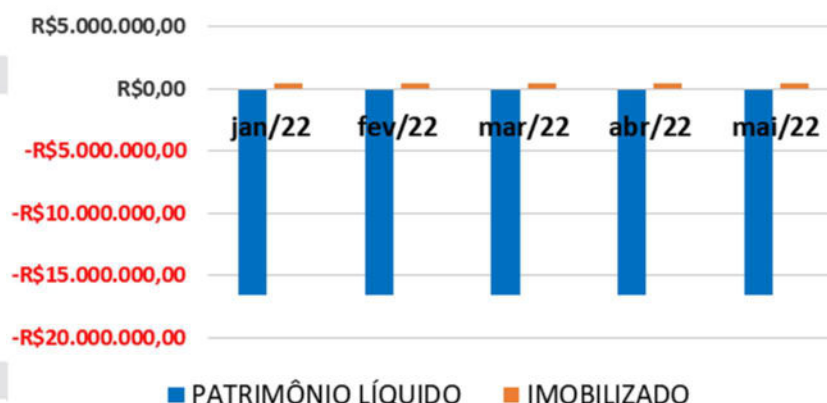


5. Das informações acima mencionadas, extraímos o seguinte cenário contábil:

Mês de referência	RESULTADO (LUCRO/PREJUÍZO)	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	CUSTO DE VENDAS	DESPESAS OPERACIONAIS
janeiro-22	-R\$ 636.111,48	R\$ 1.280.988,60	R\$ 1.727.098,61	R\$ 190.001,47
fevereiro-22	R\$ 224.840,43	R\$ 437.167,40	R\$ 8.785,83	R\$ 203.541,14
março-22	R\$ 39.704,05	R\$ 101.384,00	R\$ 16.146,56	R\$ 45.533,39
abril-22	-R\$ 24.724,74	R\$ 0,00	R\$ 4.495,34	R\$ 20.229,40
maio-22	-R\$ 138.839,54	R\$ 0,00	R\$ 111.242,99	R\$ 27.596,55
Acumulado	-R\$ 535.131,28	R\$ 1.819.540,00	R\$ 1.867.769,33	R\$ 486.901,95



Mês de referência	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	IMOBILIZADO
janeiro-22	-R\$ 16.576.179,31	R\$ 470.902,71
fevereiro-22	-R\$ 16.576.179,31	R\$ 470.902,71
março-22	-R\$ 16.576.179,31	R\$ 470.902,71
abril-22	-R\$ 16.576.179,31	R\$ 471.622,31
maio-22	-R\$ 16.576.179,31	R\$ 471.622,31



6. Vale lembrar que a recuperanda foi acometida por Ação de Despejo (autos nº 5180605-65.2020.8.09.0182), com deferimento de medida liminar, a qual foi suspensa pelo Tribunal de Justiça (autos nº 5636166-70.2020.8.09.0000). Consta que foi protocolada Ação de Preferência c/c Manutenção de Posse e Retenção por Benfeitorias (autos nº 5184749-48.2021.8.09.0182), que foi extinta sem resolução do mérito.

7. Verifica-se que os arrendantes ANDRE LUIZ WUSTRO, PATRICIA WUSTRO BADOTTI e VICTOR JOSÉ WUSTRO propuseram AÇÃO DE DESPEJO DE ARRENDAMENTO RURAL COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA E IMISSÃO DE POSSE C/C SEQUESTRO

em desfavor dos sócios da recuperanda GIOVANI PRAÇA LIESENFELD e ANGÉLICA SILVA LIESENFELD (autos nº 5180605-65.2020.8.09.0182), que tem por objeto o imóvel rural onde são desenvolvidas as atividades de produção da recuperanda, em Flores de Goiás, na qual foi proferida decisão, na data de 02/06/2022, em que foi deferido e determinado o despejo, abaixo transcrita:

(...)

DECISÃO

Trata-se de AÇÃO DE DESPEJO DE ARRENDAMENTO RURAL proposta por André Luiz Wustro, Patrícia Wustro Batotti e Victor José Wustro contra Giovani Praça Liesenfeld e Angélica Silva Liesenfeld.

Foi realizada perícia técnica, cujo parecer está acostado ao evento 212.

A parte requerida acostou aos autos quesitos, pretendendo o esclarecimento pelo perito (evento 219).

A parte autora, por sua vez, requereu nova apreciação da tutela de urgência, reiterando que o perito deixou claro que não foram feitas benfeitorias no imóvel (evento 220).

Assim, vieram conclusos.

É o breve relato. Decido.

Concernente ao pleito liminar lançado no feito, cumpre elucidar que a pretensão ventilada deve ser apreciada pelos requisitos elencados no artigo 300 do CPC, no qual se encontra prevista a denominada tutela de urgência, vejamos:

“Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.”

Depreende-se, assim, que o deferimento do pleito de tutela de urgência é cabível quando presentes os requisitos elencados no artigo 300 do Código de Processo Civil, sendo imprescindível a existência da probabilidade do direito e do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Noutro ponto, o Código de Processo Civil tratou que o pleito não será concedido quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado, em face do caráter revogável da medida, consoante o disposto no § 3º do referido artigo.

Em sede de análise perfunctória, inicialmente, deferiu-se o pleito de despejo da parte requerida do imóvel rural. Todavia, os réus interuseram recurso de agravo de instrumento, que foi provido, a fim de reformar a decisão liminar. O acórdão foi assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. AÇÃO DE DESPEJO RURAL. CONTRATO DE ARRENDAMENTO. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS AUTORIZADORES - ARTIGO 300, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NECESSIDADE DE OPORTUNIZAR A PURGAÇÃO DA MORA. PEDIDO DE CONDENAÇÃO POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ EM CONTRARRAZÕES. IMPOSSIBILIDADE. 1. Encontrando-se o agravo de instrumento apto para julgamento, resta prejudicado o agravo interno interposto em face da decisão que deferiu o pedido de efeito suspensivo do recurso. 2. A concessão de provimento antecipatório em processo de conhecimento está condicionada à existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, conforme dispõe o artigo 300, do Código de Processo Civil. 3. In casu, além de a confirmação do inadimplemento alegado pelos autores/agravados demandar maior dilação probatória, resta evidente o prejuízo iminente dos réus/agravantes caso não mantenham o manejo da terra da forma programada, sendo o mais prudente, por ora, o indeferimento da medida liminar. 4. O artigo 32, parágrafo único, do

Decreto nº 59.566/66, que regulamenta o Estatuto da Terra, assegura ao arrendatário evitar o despejo e purgar a mora em prazo determinado pelo juiz, o que confirma a temeridade do despejo imediato. 5. Não deve ser admitido o pedido de condenação dos agravantes por litigância de má-fé, formulado em sede de contrarrazões, ante a inadequação da via eleita. Inteligência da Súmula 27 deste Tribunal de Justiça. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO REFORMADA. (Processo nº 5636166-70.2020.8.09.0000, 6ª Câmara Cível, rel. Des. JEOVA SARDINHA DE MORAES, j. 30/03/2021).

Como se vê, o recurso de agravo de instrumento foi provido em razão de a decisão que deferiu a tutela de urgência ter sido proferida sem a dilação probatória – embora tenha se observado o contraditório.

No presente momento, a dita dilação probatória foi efetuada, com a oitiva de ambos os réus (que são casados entre si) e a realização de prova pericial, além da constatação, por oficial de justiça, da existência de subarrendamento pelos réus.

Não se pode olvidar, ainda, que o contrato de arrendamento firmado entre as partes previa o prazo de 6 anos, findando em maio de 2019, portanto, quanto do ajuizamento da ação, em 17/04/2020, a parte requerida já se encontrava na posse ilegal dos imóveis, tendo em vista que o contrato já havia sido encerrado.

Ainda, realizada a perícia, constatou-se que a parte requerida não implementou benfeitorias nos imóveis além das necessárias à sua conservação.

Portanto, realizada a instrução processual e verificado que a posse dos requeridos no imóvel arrendado tornou-se ilícita, em razão do encerramento do contrato e da ausência de benfeitorias que pudessem ensejar sua retenção, imperioso o deferimento da tutela de urgência, a fim de determinar o despejo dos requeridos dos imóveis dos autores.

Não bastasse, oportunizada a purga da mora pelos requeridos, deixaram de realizar o pagamento do valor devido.

Ressalto que os quesitos apresentados pela parte requerida dizem respeito ao contrato sob análise, o que é objeto de apreciação judicial, não podendo o perito opinar a respeito.

Ainda, quanto aos quesitos relacionados às benfeitorias, entendo que o perito respondeu a contento, informando todas as benfeitorias existentes no imóvel, que são as mesmas que já existiam ao tempo da celebração do contrato.

Ante o exposto, DEFIRO O PEDIDO, de modo que **DETERMINO** o **DESPEJO** dos Réus, Giovani Praça Liesenfeld e Angélica Silva Liesenfeld, no prazo de 15 dias, sob pena de despejo compulsório, dos imóveis de matrículas nº 469, 2436, 730, 521 e 1095 do Cartório de Registro de Imóveis de Flores de Goiás/GO, relativamente à área de 2.000 (dois mil hectares) – área cultivável de 1.200 (um mil e duzentos) hectares, localizados na Rodovia GO, Km 41, no município de Flores de Goiás/GO.

Expeça-se mandado de despejo e os demais documentos necessários ao cumprimento desta decisão.

Desde já, havendo necessidade, autorizo arrombamento e reforço policial.

Cumpra-se.

(...)

8. Referida decisão foi objeto de Agravo de Instrumento que tramita sob o nº 5385972-18.2022.8.09.0182, no qual foi indeferido o pedido de efeito suspensivo (evento 240), sendo que, recentemente, houve decisão do juízo de primeiro grau e

expedição de mandado para desocupação compulsória (eventos 259 e 266).

9. Cumpre-nos informar ainda que os recursos de agravo de instrumento interpostos pelos credores BANRISUL - BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (nº 5064679.63.2021.8.09.0000) e BANCO DO BRASIL S.A. (nº 5042648.49.2021.8.09.0000) em face da decisão de homologação do plano de recuperação judicial, buscando o reconhecimento da tempestividade de suas respectivas objeções apresentadas, foram desprovidos, conforme se vê nos acórdãos juntados nos eventos 64, 65, 66 e 67. Verificamos que o primeiro processo está arquivado e o segundo em fase de análise de Agravo em Recurso Especial interposto pelo Superior Tribunal de Justiça.

10. Em conclusão, constata-se a atividade empresarial com a manutenção de mão de obra e comercialização de produtos, a oscilação no preço da saca de arroz, sendo que no mês de maio de 2022 houve prejuízo de R\$ 138 mil, não obstante as inconsistências das informações contábeis e resultados aferidos nos exercícios anteriores, e, assim, o atual cenário recuperacional permanece com contornos complexos e vieses imprecisos ao

soerguimento empresarial, notadamente ante a ação de despejo movida pelos arrendantes, em curso.

11. Diante do exposto constatamos, em caráter não exaustivo, o funcionamento e sinais da manutenção da fonte produtora, consoante aos indicadores e análises colacionados neste relatório, com estabilidade da atividade empresarial e conservação de empregos, fluxos e demandas pelos produtos ofertados e evidência fática da preservação da empresa com estímulo à atividade econômica, no ensejo dos objetivos da recuperação judicial preconizados no art. 47 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

12. Ante o exposto, requer-se:

- a. A juntada, o recebimento e a aprovação deste relatório do Administrador Judicial;
- b. A Intimação do Ministério Público, Credores e Recuperanda deste relatório mensal.

Temos em que,

Pede deferimento.

Goiânia-GO, 29 de julho de 2022.

CINCOS CONSULTORIA ORGANIZACIONAL LTDA
STENIUS LACERDA BASTOS
ADMINISTRADOR JUDICIAL